

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
UNIDADE EDUCACIONAL SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARIA KAROLINE PEREIRA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REESTRUTURAÇÃO DA
COMERCIALIZAÇÃO DO FUMO DE CORDA EM ARAPIRACA-AL**

Santana do Ipanema

2023

MARIA KAROLINE PEREIRA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REESTRUTURAÇÃO DA
COMERCIALIZAÇÃO DO FUMO DE CORDA EM ARAPIRACA-AL**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Ala-
goas, como requisito parcial à obtenção do tí-
tulo de Bacharelado/Licenciatura em Ciências
Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Anderson David Gomes
dos Santos.

Santana do Ipanema

2023

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586i Silva, Maria Karoline Pereira.
A importância da agricultura familiar na reestruturação da comercialização do fumo de corda em Arapiraca-AL / Maria Karoline Pereira Silva. – 2023.
55 f. : il.

Orientador: Anderson David Gomes dos Santos.
Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Alagoas. Campus Sertão. Santana do Ipanema, 2023.

Bibliografia: f. 52-55.

1. Agreste alagoano. 2. Agricultura familiar. 3. Cadeia produtiva. 4. Tabaco. I. Título.

CDU: 663.97(813.5)

RESUMO

Atualmente, muito tem sido discutido acerca da agricultura familiar e de sua importância. A cadeia produtiva do fumo é uma das ramificações da agricultura familiar e é relevante na economia do município de Arapiraca, localizado no estado de Alagoas. No entanto, estudos têm indicado que a monocultura do fumo perdeu parte de sua capacidade produtiva quando comparada às décadas de 1960 a 1980. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos socioeconômicos trazidos pela cadeia produtiva do fumo em Arapiraca-AL e destacar a importância dos pequenos produtores rurais para a perpetuação dessa cultura. Para isso, foi necessário realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema e uma pesquisa de campo utilizando questionários semiestruturados. Dessa forma, essa pesquisa se classifica como qualitativa e quantitativa. Através desses instrumentos, coletou-se dados relevantes sobre a cadeia produtiva do fumo no município, de maneira que mesmo com a queda na produção, verificou-se que esta produção continua a ter relevância socioeconômica para a vida das pessoas que a ela se dedicam.

Palavras-chave: Agreste Alagoano. Agricultura Familiar. Cadeia produtiva. Tabaco.

ABSTRACT

Nowadays, much has been discussed about family farming and its importance. The tobacco production chain is one of the branches of family farming and has a significant impact on the economy of the municipality of Arapiraca, located in the state of Alagoas. However, studies have shown that tobacco monoculture has lost some of its productive capacity when compared to the 1960s and 1980s. In view of this, the aim of this study is to analyze the socio-economic impacts of the tobacco production chain in Arapiraca-AL and to highlight the importance of small rural producers in perpetuating this crop. To do this, it was necessary to carry out a literature review on the subject and a field study using semi-structured questionnaires. This research is therefore classified as qualitative and quantitative. Through these instruments, relevant data was collected on the tobacco production chain in the municipality, so that even with the drop in production, it was found that it continues to have a significant socio-economic impact on the lives of the families who produce this crop.

Keywords: Wild Alagoano. Family farming. Production chain. Tobacco.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diagrama da cadeia do fumo em corda de Arapiraca/AL.....	32
Figura 2 - Processo de quebra do fumo “primeira e varal para secagem das folhas.....	41
Figura 3 - Mulher tirando o talo da folha do fumo e “moios” de fumo	41
Figura 4 - Bola do fumo sendo produzida com a utilização do mel	42
Figura 5 - Etapa da cura e comercialização do fumo em corda	42
Figura 6 - Feira do fumo do município de Craíbas/AL	44
Figura 7 - Plantação do fumo, feijão e milho	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Exportação do fumo brasileiro entre os anos de 2007 e 2021.....	23
Gráfico 2	- Principais países produtores de tabaco.....	24
Gráfico 3	- Destino do fumo brasileiro em 2021.....	24

LISTA DE QUADROS

Tabela 1 - Visão dos agricultores sobre produção orgânica do fumo em corda em Arapiraca.....	39
Tabela 2 - Funcionamento do sistema.....	40

LISTA DE TABELAS

Quadro 1	-Evolução das exportações do fumo no Brasil entre os anos de 2017.....	25
Quadro 2	- Principais estados produtores do Brasil	40
Quadro 3	- Faixa etária da coleta da pesquisa (em %)	22
Quadro 4	- Grau de escolaridade (em %)	22
Quadro 5	- Faixa etária de início das atividades no cultivo do fumo	36
Quadro 6	- Tempo na atividade tabagista	37
Quadro 7	- Tamanho das propriedades	37
Quadro 8	- Contratação de mão de obra	38

SIGLAS

AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
AIAF	Agricultura Familiar no Brasil
DERAL	Departamento de Economia Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Food And Agriculture Organization of The Unites Nations
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCA	Instituto Nacional de Câncer
INCRA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
ONU	Organização das Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SECINT	Secretária Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais
SECINT	Secretária Especial de comércio Exterior e Assuntos Internacionais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1. Cadeias produtivas	16
2.2. Agricultura familiar.....	17
3. FUMICULTURA.....	20
3.1. Fumicultura no Brasil.....	20
3.1.1. Dados da produção do fumo na contemporaneidade.....	23
3.1.2. Tratados e regulação sobre o fumo.....	27
3.2. Fumicultura no município de Arapiraca.....	29
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	34
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	36
5.1. Dados quantitativos da pesquisa.....	36
5.2. A busca pelo orgânico.....	39
5.3. Trabalho na fumicultura.....	41
5.4. Perspectiva e empecilhos	46
5.4.1. Problemas.....	46
5.4.2. Cultivo de outras culturas.....	47
5.4.3. Agricultura familiar e a diversificação da atividade tabagista em Arapiraca.....	48
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

A cultura do tabaco está profundamente enraizada na história do Brasil, desempenhando um papel importante no desenvolvimento das regiões produtoras e elevando o país a uma posição de destaque internacional.

De acordo com a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA, 2022), o país ocupa há mais de três décadas a segunda posição como maior produtor mundial de tabaco, ficando atrás apenas da China em volume de produção. Na safra de 2022, foram colhidas mais de 634.685 toneladas. Além disso, o Brasil é o maior exportador mundial de tabaco desde 1993, com 85% de toda a sua produção sendo embarcada para o exterior em 2022 (AFUBRA, 2022).

Na década de 1950, o Agreste alagoano passou por uma reestruturação produtiva. A atividade fumageira, que antes era feita de forma tradicional, começou a ser desenvolvida com o uso de máquinas que aumentaram a sua eficiência. A adoção de métodos de produção em escala industrial fez com que vários municípios desenvolvessem suas atividades, tornando o local na maior área de produção de fumo do Nordeste brasileiro. Isso foi especialmente importante para Arapiraca, que na década de 1970 se tornou o maior produtor do país. (Santos, 2014)

A ampla área cultivada com tabaco em todo o território arapiraquense conferiu ao município uma notoriedade nacional, como também, exerceu um papel fundamental no processo de ascensão de Arapiraca. O reconhecimento alcançado foi tão expressivo que a cidade passou a ser conhecida como a “capital do ouro verde”, ou ainda a “capital do fumo”. A presença dessa cadeia produtiva contribuiu significativamente para o desenvolvimento tanto social quanto econômico da região, trazendo como consequência a transformação de Arapiraca em um dos municípios mais importantes do interior de Alagoas.

É válido ressaltar que essa expansão teve reflexos consideráveis na economia local, resultando em um aumento significativo do Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2006, conforme dados fornecidos pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2006). De acordo com essas informações, Arapiraca apresentou a terceira maior evolução do PIB entre os municípios nordestinos naquele período.

A análise desses fatores requer uma compreensão profunda das dinâmicas locais, incluindo questões como infraestrutura, logística, políticas governamentais e investimentos em educação e pesquisa. Além disso, fatores externos, como as condições econômicas nacionais, globais e até mesmo as demandas do mercado internacional, também exercem influência significativa no desenvolvimento da base econômica de uma região. Tornando imperativo que haja

um compromisso contínuo com a inovação e a melhoria dos processos existentes para garantir um crescimento econômico sustentável e inclusivo ao longo dos anos.

Assim, a cadeia produtiva do tabaco envolve uma série de agentes que participam de todas as etapas de produção, comercialização, processamento e exportação. Nesse sentido, é relevante observar que a agricultura familiar é um importante setor de produção agrícola para o Brasil. Essa atividade é composta por uma quantidade substancial de produtores rurais que optam por fazer uso da mão de obra pertencente às suas próprias famílias.

Além disso, faz-se necessário enfatizar que esse setor também tem relação com um conjunto considerável de empresas cuja atuação é capaz de gerar oportunidades de emprego para a população de determinado local, contribuindo significativamente para o aumento da renda e possibilitando a arrecadação tributária destinada ao desenvolvimento socioeconômico do país em questão.

Tendo crescido numa cidade produtora de tabaco, e vindo de uma família de agricultores que tem como fonte principal a lavoura tabagista, compreendo as consequências e os benefícios desta cadeia produtiva. Até hoje vivencio o trabalho envolvido nessa agricultura, desde o plantio até a comercialização das bolas do fumo. Além disso, esta cultura permitiu-me prosseguir os meus estudos noutra cidade. Foi a base da minha estabilidade econômica durante todo o tempo em que estive em Santana do Ipanema a concluir a minha faculdade em ciências econômicas. Até o momento essa monocultura vem sendo fundamental economicamente na construção do nosso futuro acadêmico e profissional, incluo nós, pois uma parte minha – meu irmão, também vem sendo beneficiado, e serei sempre grata por isso.

Deste modo, isso me motivou a aprofundar na compreensão da importância dessa indústria em nossa região e nas cidades vizinhas.

Assim, para o meu trabalho de conclusão de curso, foquei na importância do cultivo do tabaco na região agreste de Alagoas, especificamente para os pequenos produtores, ao qual faço parte. Pois, o solo fértil e o clima favorável tornam o local ideal para o cultivo do tabaco, que ainda é uma fonte tradicional e muito significativa no sustento para muitas famílias.

Diante do exposto, o objetivo principal deste estudo é discutir a importância da agricultura familiar no processo de reestruturação da cadeia produtiva do fumo de rolo no município de Arapiraca a partir da compreensão da relevância econômica que essa cadeia possui para o município.

Para alcançar esse propósito, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: descrever a fase atual de produção e comercialização agrícola da cadeia produtiva do fumo em Arapiraca; identificar os pontos fortes e fracos da atividade tabagista; e, analisar as

perspectivas dos agricultores em relação à agricultura fumageira a longo prazo, de maneira a investigar o tipo de agricultura que tem sustentado a produção e comercialização agrícola municipal dessa monocultura.

A metodologia utilizada neste estudo consistiu na realização de pesquisa de campo, por meio da aplicação de entrevistas e questionários semiestruturados. Essa abordagem permitiu a condução de uma investigação exploratória com caráter qualitativo e quantitativo, visando compreender em detalhes a constituição da cadeia fumageira no município em questão.

Com o intuito de alcançar o objetivo central desta pesquisa, além deste texto introdutório, o trabalho foi organizado em seções que abordam diferentes aspectos relevantes para o tema. Na primeira, é apresentada a fundamentação teórica sobre cadeias produtivas e agricultura familiar. Em seguida, há um levantamento histórico sobre a trajetória da cultura do tabaco tanto no Brasil como no município específico de Arapiraca. Logo depois, a terceira seção descreve os procedimentos metodológicos adotados durante a pesquisa, incluindo detalhes sobre a seleção dos participantes, a elaboração das entrevistas e questionários, bem como as técnicas utilizadas para análise dos dados coletados. Na sequência, são apresentados os resultados obtidos a partir disso, promovendo uma discussão acerca desses achados. Por fim, as considerações finais encerram este estudo, ao sintetizar os principais pontos debatidos ao longo do trabalho e oferecer percepções adicionais que possam contribuir para futuras pesquisas ou intervenções na área estudada.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção tem como objetivo apresentar o conceito e informações relevantes sobre a cadeia produtiva. Para isso, serão abordados aspectos fundamentais relacionados ao tema, com o intuito de proporcionar um entendimento elucidativo sobre o assunto.

Além disso, esta seção também se dedicará a explorar os conceitos da agricultura familiar, que desempenha um papel crucial no cenário brasileiro, assim, serão discutidos aspectos essenciais dessa prática agrícola, juntamente com dados estatísticos e informações relevantes que irão sustentar a importância cultural e econômica dessa atividade no contexto do Brasil.

2.1 Cadeias produtivas

Zylberstajn (2000) fala que o conceito de “cadeia” surgiu na França e na Inglaterra na década de 1930. Já Guarnieri (2020), diz que Ray Goldberg e John Davis teriam sido os pioneiros na análise *filière* (cadeias agroindustriais), que buscam analisar as relações de dependência entre as indústrias de insumos, produção agropecuária, indústria de alimentos e o sistema de distribuição. Os autores pensaram a cadeia agroindustrial como um conjunto sequencial de operações físicas, que são intrinsecamente interligadas e complementares no âmbito técnico, abrangendo as etapas de produção, distribuição e consumo.

Segundo Castro (2002), a ideia da cadeia produtiva se deu para o desenvolvimento de um instrumento de visão sistêmica. Parte-se do pressuposto de que a produção de bens pode ser representada por um sistema, no qual os atores estão interconectados por fluxos de materiais, de capital e de informação, com o intuito de suprir o consumidor final com os produtos gerados por esse sistema.

Os agentes que compõem a cadeia produtiva estão ligados por um conjunto de relações mercantis e não-mercantis, cada um deles fazendo parte de uma estrutura organizacional e institucional que possuem uma relação, direta e/ ou indireta, com a cadeia estudada (Duarte, 2002).

A partir dessas informações, de acordo com as considerações feitas por Prado et al. (2021), podemos compreender que a cadeia produtiva é constituída pelo processo primário da organização. Essa cadeia envolve uma série de etapas sequenciais ao longo do processo de produção, nas quais os diferentes insumos, coo matéria-prima, passam por transformações para se tornarem um bem ou serviço finalizado.

O estudo das cadeias produtivas deve, portanto, incluir o exame e a caracterização do comportamento do fluxo de capital, das inter-relações entre agentes – sejam estas através de contratos clássicos, neoclássicos ou relacionais e das questões de apropriação e distribuição dos benefícios e limitações entre os componentes para a geração da competitividade (Rosalem, 2007).

Ainda de acordo com Zylberstajn (2000), o enfoque tradicional de cadeias produtivas considera três subsistemas: a de produção, que compreende o estudo da indústria de insumos e produção primária; a de transferência, que foca na transformação industrial (produto bruto em produto final destinado ao consumo), estocagem e transporte; o terceiro, e não menos importante, é o de consumo, que é o estudo das forças de mercado tanto da distribuição como das vendas.

Dessa forma, uma cadeia produtiva será constituída e definida a partir da identificação do produto final. Após esse reconhecimento, é iniciada a articulação para as operações técnicas, comerciais e logísticas, na qual são definidas em jusante; comercializações e o consumidor final e o montante; que é a produção de matéria-prima (Oliveira, 2011).

2.2 Agricultura familiar

Para Wanderley (2003), a mão de obra da agricultura familiar não é algo contemporâneo, porém, a significação e a abrangência que vêm sendo atribuídas a ela nos últimos tempos corroboram para que pareça como uma novidade. Wanderley (2003) enfatiza ainda que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade, pelo simples motivo da grande propriedade ser um modelo reconhecido socialmente em toda história.

Segundo Lamarche (1998), mesmo que em segundo plano, a atividade familiar emergiu no interior das grandes propriedades. O campesinato era força de trabalho ao mesmo tempo que produziam para subsistência própria. Mas é ao longo das décadas de 1970 e 1980 que as atenções se direcionam à importância da “pequena produção” e sua participação na produção nacional.

Seguindo por esse contexto, foi um marco para a agricultura familiar a aprovação do Estatuto da Terra perante a Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, que instituiu a política da reforma agrária, pois isso fez com que a propriedade familiar fosse considerada.

A respeito de definição de agricultura familiar, segundo Fossá e Renk (2021), “o conceito não é único, pelo contrário, não se constitui de forma estática, modifica-se, transformando-se com o passar dos anos sob as dinâmicas do ambiente no qual está inserido”.

Todavia, de acordo com a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área menor a 4 módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. De maneira que “são considerados agricultores familiares os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados” (Brasil, 2006).

Ainda segundo a Lei nº 11.326/2006, o produtor rural deve residir na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo; a atividade agropecuária deve responder por mais de 80% da renda familiar, constituindo-se na principal fonte de renda e, pelo menos 75% das atividades do produtor devem ser dedicadas à propriedade (Brasil, 2006).

Lamarche (1993) expõe que a ideia de agricultura familiar repousa, tradicionalmente, sobre a identidade entre família e exploração, em que a unidade de produção é um grupo familiar onde os membros são ligados por laços de parentesco biológico ou simbólico, ou seja, tem como base as relações familiares para garantir a subsistência e representando um patrimônio reproduzido.

De forma sucinta, Silva (2013) fala que a família agricultora é quem administra a reprodução social de seus membros, assim ocupando um mesmo espaço, sendo os indivíduos ligados entre si por meio de um bem comum – a unidade familiar de reprodução – e ainda pelos laços de parentesco.

É pertinente elucidar que a distinção da agricultura Familiar para a agricultura moderna comercial, por exemplo, é a sua forma de produção. O agricultor familiar depende da terra para a sua sobrevivência, em contrapartida a produção não familiar depende de grandes áreas de terra e produz um tipo único de produto em grande escala.

Os cultivos são diferentes, pois as safras dos produtores familiares são por todo o ano, porém respeitando os ciclos da terra e a época específica para o plantio e a colheita. Assim, garantindo a fertilidade da área e contribuindo com a preservação da biodiversidade local. Já a agricultura comercial vem sendo negligente nesse ponto, uma vez que força a terra por negligenciar o tempo de recuperação dos nutrientes do solo. À vista disso, para:

Avaliar os níveis de sustentabilidade de diferentes realidades, necessita-se de apropriados indicadores, que podem abordar dimensões sociais, econômicas e ambientais. Sendo assim, um indicador [...] é uma medida quantitativa e qualitativa, que auxilia na transmissão e síntese de um conjunto de informações sobre complexos processos, eventos ou tendências de uma dada realidade. (Borges et al., 2020, p. 4).

Com o crescimento vigente e o grau de importância que o plantio familiar veio demonstrando ao longo dos anos, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou, em 2014, o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF), promovendo uma série de eventos, palestras e debates sobre o tema no Brasil e no mundo.

Em 2019, a ONU, proclamou a “Década da Agricultura Familiar” (2019-2028), o que demonstra o potencial desta categoria para: a segurança alimentar nutricional; fortalecimento do mercado interno; exportação de produtos agrícolas; preservação da biodiversidade; reprodução do patrimônio cultural das populações rurais e na manutenção da diversidade territorial dos espaços rurais. Ao beneficiar toda a sociedade, preservam, assim, a pluralidade.

Todavia, mesmo havendo o conhecimento das vantagens da agricultura familiar, também apresenta alguns “contras” que precisam ser considerados. O primeiro deles é a falta de acesso a tecnologias e insumos modernos, que vem acarretando a limitação da produtividade e da competitividade dos pequenos agricultores. Outro desafio muito recorrente e o mais preocupante é a falta de acesso ao crédito e a políticas públicas de apoio, assistência técnica, capacitação e acesso ao mercado. Além disso, todo o plantio familiar é mais vulnerável a fatores climáticos e a crises econômicas que afetam a produção e, conseqüentemente, toda a renda das famílias da agricultura familiar rural.

No Brasil, a categoria social da agricultura familiar era designada até a década de 1990 por termos como: pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. A partir daí é que começou a ter veracidade social e política. A contar desse momento, o debate acadêmico teve/tem demonstrado um grande interesse em pesquisas empíricas sobre sua relevância para o desenvolvimento nacional e, principalmente, nos espaços rurais de todo o território nacional.

No ano de 1994, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) realizaram uma série de estudos sobre os sistemas de produção adotados pelos agricultores familiares e, com isso, sintetizaram as vantagens da agricultura familiar: a) estabilidade e capacidade de adaptação; b) diversidade produtiva; c) maleabilidade de seu processo decisório.

Além disso, também descreveram a agricultura familiar brasileira em seis aspectos principais: 1) trabalho e gestão intimamente relacionados; 2) direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários; 3) ênfase na diversificação; 4) ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; 5) trabalho assalariado complementar; 6) decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (FAO; INCRA, 1994).

Um dos acontecimentos que fez com que essa categoria se fortalecesse nacionalmente foi, em 1996, a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esse programa foi o pioneiro, resultado dos esforços dos movimentos sociais e sindicais do campo, que fez com que o governo tivesse um olhar mais atento aos estabelecimentos agrícolas familiares. Trouxe ainda um financiamento com juros baratos, assistência técnica, seguro rural e formas diferenciadas de garantia de compra da produção.

Diante disso e de todo o espaço conquistado principalmente depois da Lei nº 11.326/2006 – o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou pela primeira vez em 2006 o Censo Agropecuário, com estatísticas especialmente sobre a agricultura familiar brasileira. As informações coletadas foram disponibilizadas em 2009 no documento denominado “O Censo Agropecuário e a Agricultura Familiar” (MDA, 2009).

O Brasil, atualmente, vem se destacando como um dos países que mais produz alimentos do mundo, devido à sua grandiosa área cultivada e à diversidade de alimentos produzidos. Segundo os dados da FAO (2022), a agricultura familiar brasileira é a principal responsável pelo abastecimento do mercado interno com alimentos saudáveis e sustentáveis.

Conforme os dados do no Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), o Brasil possui cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos familiares voltados à agricultura, que ocupam apenas 23% das terras, mas são responsáveis por 10,1 milhões de empregos, cerca de 67%.

A agricultura familiar responde por 23% do valor bruto da produção agropecuária brasileira e é um incentivador econômico de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, chegando a um total de 68%.

Ainda com base no Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), são provenientes deste setor da agricultura 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo. O setor corresponde também por 50% das aves e 30% dos bovinos, 60% da produção de leite e 59% do rebanho suíno.

3 FUMICULTURA

Nesta parte do trabalho, apresentamos um estudo histórico sobre o cultivo do fumo no Brasil, trazendo alguns dados numéricos mais recentes sobre produção e exportação. Ademais, abordamos pontualmente a respeito da Convenção Quadro para Controle do Tabaco (CQCT), destacando de forma explícita as disposições contidas nos artigos 17 e 18 do referido documento. Em sequência, discorreremos acerca das principais leis impostas pelas autoridades

governamentais ao longo dos anos, buscando assim retratar a evolução das políticas relacionadas a temática em questão. Além disso, direcionamos de forma particular nossa atenção para a fumicultura na cidade de Arapiraca, que fundamental é o local observado neste estudo.

3.1 Fumicultura no Brasil

No início do século XVI, os primeiros portugueses ao desembarcarem em terras brasileiras viram em quase todas as tribos indígenas o cultivo assíduo do tabaco. Esse consumo era feito de diferentes maneiras (comido, bebido, mascado, aspirado e fumado), mas o hábito de fumar era predominante pelos nativos. (Sinditabaco, 2019).

Foi na colonização portuguesa que o tabaco começou a ser utilizado como moeda de troca na compra de escravos vindos da África. Em 1570 é iniciada a sua cultura comercial no Brasil, mais especificamente, nas regiões de Pernambuco e da Bahia. O tabaco, em fase inicial, era produzido para o consumo dos próprios portugueses, todavia, observando a relevância do tabaco no mercado internacional, os colonos aperfeiçoaram a técnica de cultivo e foram pioneiros na introdução de máquinas e apetrechos para preparar a corda, as bolas e os rolos para a comercialização no comércio europeu. E foi assim que o produto se transformou em uma prática habitual e disseminada, gerando uma dependência generalizada entre os consumidores. Diante disso, tornou-se imprescindível elevar a capacidade produtiva no território americano (Santos; Deponti, 2021).

Segundo Carvalho *et al.* (2006), o tabaco produzido pelas lavouras das atuais cidades de Recife e Salvador, que tinham como cultivadores os portugueses e os moradores locais, obtinham três destinos: o de primeira qualidade era enviado para Portugal e, cada vez mais, para outros países europeus, representando, naquela época, 60% do total das exportações. Uma parte desse fumo era utilizado como meio de troca nas transações entre as colônias portuguesas e os povos africanos fornecedores de escravos. Além disso, uma terceira parte do fumo era destinada ao consumo interno em Portugal. Em resumo, o fumo tinha diferentes destinos: exportação internacional, uso como moeda de troca no comércio colonial e para consumo interno.

Em 1630, o fumo de melhor qualidade era cultivado na atual região de Porto Calvo, que hoje faz parte do Estado de Alagoas, mas que na época pertencia ao Estado de Pernambuco. Entretanto, a entrada dos holandeses nessa região favoreceu o crescimento da fumicultura na Bahia, que ficou conhecida como a primeira região fumageira do Brasil- colônia – continuando como a principal produtora do fumo escuro até o ano de 1950 (Buainain *et al.*, 2009). Em 1674,

Portugal estabelece o monopólio real dos tabacos na Bahia, que passa a ser uma região produtora exclusiva para exportação.

Conforme Oliveira (2007), após a descoberta do ouro e o desenvolvimento populacional na região do sudeste brasileiro, a oferta no recôncavo baiano se tornou insuficiente para atender à demanda. Foi assim que deu início, no ano de 1720, a cultura fumageira nas terras de Minas Gerais.

A partir de meados do século XIX, com o mercado trabalhando intensamente, o comércio europeu já absorvia 75% do tabaco brasileiro (Hilsinger, 2016). Com a estabilidade definitiva da coroa portuguesa em terras brasileiras, houve o surgimento dos primeiros impostos. Essa legislação reguladora era incidente sobre a circulação, a indústria, a produção e ao consumo, sendo uma tributação nos níveis municipal, estadual e federal.

Os impostos e demais cobranças sobre o tabaco existem desde o período colonial e, no século XIX, foram incrementados, não apenas em suas alíquotas e valores, mas também em sua complexidade, de maneira a ampliar a arrecadação pública sobre o setor que o formava. [...] No plano municipal havia uma grande diversidade de alíquotas. Cada estado (província) possuía legislação tributária própria. No contexto nacional (Colônia) também havia taxações. (Hilsinger, 2016, p. 63)

Com o tempo, o tabaco veio a ser um dos principais cultivos do comércio nas exportações no período do Império. “Esta importância ficou marcada no brasão das Armas da República, onde o tabaco e o ramo de café constituem o coroamento deste símbolo da nacionalidade brasileira” (Santos; Deponti, 2021, p. 155).

Segundo Vendruscolo (2017), no começo do século XX, os estados da Bahia e do Rio Grande do Sul se tornaram os produtores de mais da metade do tabaco no país, havendo uma redução gradativa da produção nos outros estados brasileiros. Até essa parte da história, todos os fumos cultivados no mundo são do tipo escuro ou negro, mas por volta de 1870 os Estados Unidos foi o precursor dos tipos Virgínia e Burley, que são os conhecidos “fumos claros”, muito bem recebidos pelo comércio internacional.

A Bahia manteve a produção do fumo negro, próprio para a produção de charutos; enquanto o Rio Grande do Sul continuava a se especializar no cultivo de fumos claros com boa qualidade para a fabricação de cigarros. Por isso:

A produção de fumos claros se sobrepõe aos fumos escuros após 1920. Deste modo, ao longo do século XX, o cultivo passou por um processo de diversificação e de especialização regional, e em paralelo, houve também o desenvolvimento da indústria de beneficiamento e de cigarros. (Santos; Deponti, 2021, p. 157).

A cultura tabagista foi levada, assim, a formar nas terras brasileiras uma economia própria e familiar aos arredores das lavouras, gerando renda, emprego local e serviços de infraestrutura.

Hilsinger (2016) fala que ao longo do tempo essas empresas familiares e artesanais foram cedendo espaço a fábricas maiores, resultantes de associações de empresas ou aquisições de uma pela outra. Isso moveu o Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a abrir as portas para grandes empresas, principalmente as transnacionais.

De acordo com as informações fornecidas por Oliveira (2007), em 1914, a empresa *British American Tabaco* adquiriu a Souza Cruz, resultando no aumento da produção de tabaco no sul do Brasil de forma a superar a produção dos demais estados. A partir desse momento, a produção de tabaco no país foi dividida em três regiões, cada uma cultivando um tipo específico de fumo. A primeira região compreende os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Nessa região são cultivados os fumos claros destinados à fabricação de cigarros.

A segunda região é formada pela junção da produção da Bahia e de Alagoas, que tem destaque na produção dos fumos escuros utilizados na fabricação tanto de charutos como de cigarros. E a terceira região é a outra parte da Bahia e de Alagoas, e todos os demais estados brasileiros, na qual se produz o fumo de corda.

Segundo Hilsinger (2016), a década de 1970 marcou a entrada de maior investimento estrangeiro no setor, destinado principalmente à tecnologia de produção com o objetivo de aumentar a qualidade do tabaco para a produção de cigarros. O período também consolida a região Sul como a principal região produtora do Brasil, principalmente na microrregião de Santa Cruz do Sul, com o maior parque industrial de beneficiamento e de exportação de tabaco do planeta.

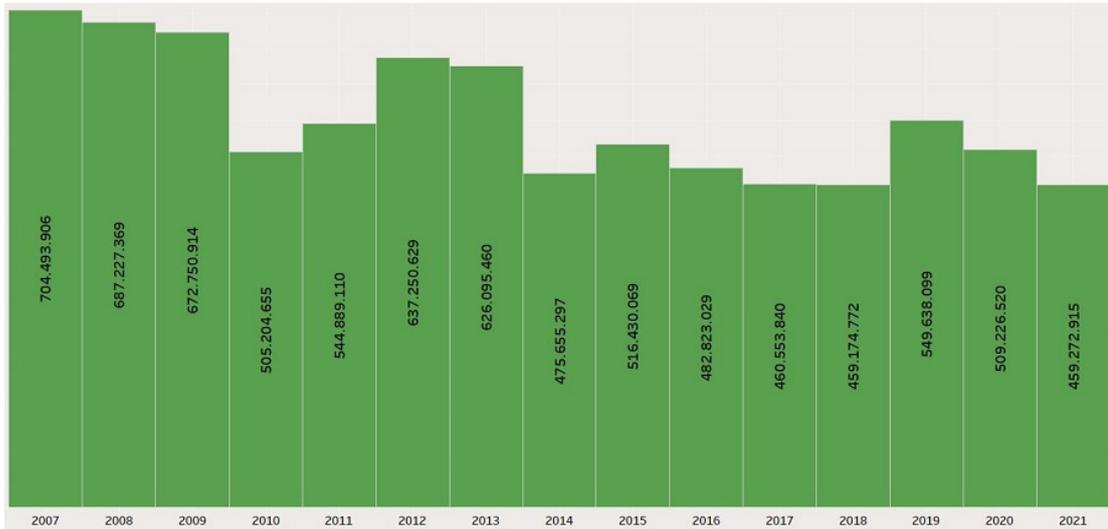
Percebe-se que o cultivo do fumo se alastrou para muitos estados do Sul, como também do Nordeste brasileiro. Assim, com o desenvolvimento dessa agricultura e das oportunidades de exportação, o capital estrangeiro para o setor não demorou a chegar, foram muitos investimentos na produção e na industrialização dessa cultura.

A cadeia produtiva do fumo foi toda modificada depois do período de modernização. O cultivo que era antes basicamente familiar e artesanal passou a ser também uma lavoura industrial. Essas mudanças fizeram com que fossem introduzidos os adubos, inseticidas e agroquímicos na produção tabagista.

3.1.1 Dados da produção do fumo na contemporaneidade

Desde 1993, o Brasil se consolidou como o maior exportador de fumo em nível internacional, distribuindo, basicamente, toda a sua produção para mais de 100 países (DERAL, 2020). O gráfico 1 a seguir mostra a quantidade de fumo exportada de 2007 até o ano de 2021.

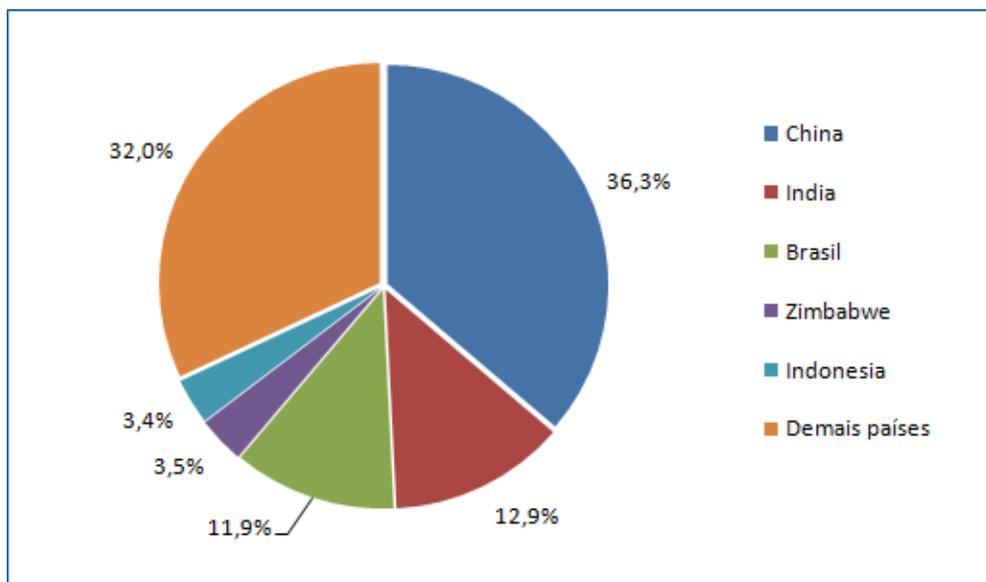
Gráfico 1- Exportação do fumo brasileiro entre os anos de 2007 e 2021 (em quilos)



Fonte: INCA/ComexStat- SECINT/(2022).

Segundo a *Food and Agriculture Organization* (FAO,2021), o Brasil passou a ocupar a terceira posição na produção de tabaco (11,9%) em nível mundial, com um rendimento de 702.208 toneladas no ano de 2020. Atrás apenas da China (36,3%) e da Índia (12,9%), como pode ser observado no Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 – Principais países produtores de tabaco - 2020 (em toneladas)

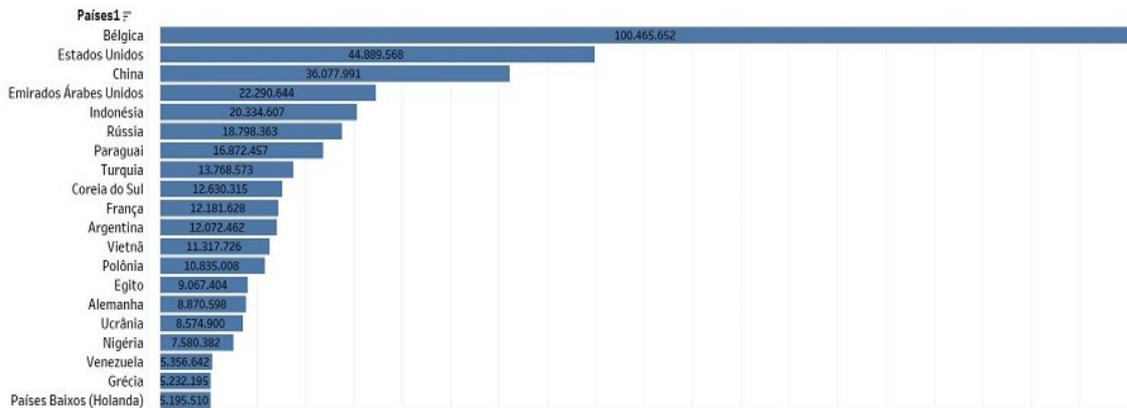


Fonte: FAO/FAOSTAT (2021)

Conforme as informações do sistema ComexStat da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (INCA, 2022), o Brasil entre os anos de 2013 e 2021 teve uma queda de 35% nas suas exportações.

Atualmente, os oito principais importadores do tabaco brasileiro são: Bélgica (22%), Estados Unidos (10%), China (8%), Emirado Árabes Unidos (5%), Indonésia (4%), Rússia (4%), Paraguai (4%) e Turquia (3%) (INCA, 2022). O Gráfico 3 a seguir traz os números da exportação em 2021.

Gráfico 3 – Destino do fumo brasileiro em 2021 (em quilos)



Fonte: INCA/ ComexStat- SECINT (2022)

Ainda com base nos dados do ComexSatat de 2021 (INCA, 2022), o tabaco nas exportações brasileiras ocupa o 26º lugar, chegando a um percentual de 0,5% do total de todas as saídas nacionais. O quadro 1 abaixo mostra os registros da evolução do fumo brasileiro entre os anos de 2017 e 2021, conforme as informações fornecidas pela Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (INCA, 2022).

Tabela 1- Evolução das exportações do fumo no Brasil entre os anos de 2017 e 2021.

ANO	2017	2018	2019	2020	2021
Total de exportações do Brasi	284.126.862	239.263.993	225.383.482	209.180.244	280.814.579
Exportações de fumo	2.092.161	1.988.094	2.073.187	1.638.179	1.464.176
% Ex- portações de fumo	0,7%	0,8%	0,9%	0,8%	0,5%

Fonte: INCA/ ComexStat-SECINT/ME (2022).

A região que possui a maior participação na produção dessa lavoura é o Sul, com o Rio Grande do Sul com a maior produção, chegando a ter cerca de 50% de todo o tabaco nacional. Além disso, quase todas as indústrias e exportações de tabaco que são enviadas para mais de 100 países estão localizadas neste Estado (IBGE/DERAL, 2020).

O Paraná está crescendo continuamente e já alcançou 25% do volume produzido na safra de 2019/2020, enquanto Santa Catarina representa em média 30% da produção. Entre os Estados brasileiros os maiores produtores estão destacados no quadro 2 a seguir.

Tabela 2 - Principais Estados Produtores do Brasil –2019/2020

ESTADO	ÁREA (HA)	PRODUÇÃO	PRODU- TIVIDADE (KG/HA)	PARTICI- PAÇÃO (%)
Rio G. do Sul	169.386	289.013	1.706	41
Santa Catarina	89.408	212.187	2.373	30
Paraná	71.500	175.000	2.448	25
Alagoas	14.643	18.076	1.235	3
Bahia	7.600	10.000	1.316	1
Outros	310	213	687	0
Brasil	352.847	704.489	1,997	100,0

Fonte: IBGE/ DERAL (2020)

Há muito tempo a cultura do fumo está inserida em nosso meio. Segundo a AFUBRA (2021/2022), o tabaco é responsável pela renda de mais de 149 mil famílias em todo o Brasil, gerando emprego para mais de 2,4 milhões de pessoas.

Como discutido nesta parte do trabalho, a maior produção do tabaco está entre as regiões Sul e Nordeste. Este se classifica também como um forte produtor, pois, em alguns Estados, como Alagoas, Bahia e Sergipe mais de 13 mil famílias estão engajadas nesse cultivo com a produção do fumo de corda.

A cadeia produtiva do tabaco é identificada como uma das principais geradoras de riqueza no meio rural, especialmente para a agricultura familiar. A justificativa para isso é por se tratar de uma atividade altamente rentável e lucrativa, que, apesar de demandar uso intensivo de mão de obra, pode ser praticada e cultivada em poucos hectares de terra. Apesar de todas as suas adversidades, essa lavoura possibilita, comparando-a com algumas atividades agrícolas, a maior rentabilidade, chegando a ser até nove vezes a renda oferecida pelo milho e quinze vezes a do feijão nas regiões Sul e Nordeste (AFUBRA, 2004).

Nos últimos anos, conforme dados da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA, 2022), a produção fumageira na safra 2020/2021 caiu de 628.489 toneladas para 560.181 toneladas em relação ao período anterior, levando a uma redução de 10,9%. Já no período de 2022/ 2023, a safra gerou uma produção de 605.703 toneladas.

A instabilidade na produção vem acontecendo por conta da queda no consumo interno e externo do fumo, obtendo uma justificativa: legislação mais dura contra o consumo do tabaco. A seguir, discutimos isso a partir da regulamentação do setor.

3.1.2 Tratados e regulação sobre o fumo

Segundo Mengel e Diesel (2009), ao longo da história foram feitas muitas críticas ao uso e produção do tabaco, todavia, nunca teria havido uma verdadeira participação política mediante a esse assunto.

No final do século XX, o controle do tabagismo passou a ser um assunto abordado com mais frequência e de maneira nacional e global. No ano de 1999, a Organização Mundial da Saúde - OMS deu início à elaboração de um tratado em nível internacional para o controle do tabaco. Conforme o Instituto Nacional do Câncer (INCA), a primeira versão do tratado aconteceu em 2001 e a aprovação ocorreu em 2003 por unanimidade. A partir de sua admissão, o processo das assinaturas pelos países durou até o dia 29 de junho de 2004. Entrou em vigor em 27 de fevereiro de 2005, noventa dias após a quadragésima ratificação, de acordo com o artigo 36 do seu texto.

O tratado ficou conhecido como “Convenção Quadro para o Controle do Tabaco” (CQCT). Ele foi lançado com o objetivo de “proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco” (CQCT, 2005, p. 4). As suas estratégias são baseadas no controle de preços e impostos para reduzir a demanda de tabaco, além de outros termos restritivos e educativos, apesar de que também busca diminuir a oferta de produtos como forma de restrição ao uso.

O Brasil foi o segundo país a assinar o tratado, no primeiro dia disponível para as assinaturas, e foi o país destaque, tanto no processo de elaboração, quanto na negociação. Isso ocorreu, pois já vinha adotando medidas exemplares no consumo do tabagismo desde a década de 1970, liderada por profissionais da saúde e sociedades médicas.

A CQCT é composta de 38 artigos que versam sobre produção, beneficiamento, comercialização e o consumo do tabaco, dos quais se destacam os Artigo 17 e 18:

As partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores e os cultivadores (artigo 17). Em cumprimento às obrigações estabelecidas na presente Convenção, as partes concordam em prestar devida atenção, no que diz respeito ao cultivo do tabaco e à fabricação de produtos de tabaco em seus respectivos territórios, à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas em relação ao meio ambiente (CQCT, 2005, p. 14).

O Artigo 17 recomenda o apoio a medidas que proporcionem atividades produtivas e alternativas economicamente viáveis para os agricultores envolvidos na produção e comercialização do tabaco. Já o Artigo 18 atribui aos países signatários a proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas por meio da realização de suas atribuições de intercepção perante o cultivo e à fabricação de produtos à base de tabaco (CQTC, 2005).

Segundo Freitas (2016), no Brasil o responsável pela concretização desses dois artigos foi o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo implementado pelo Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. Neste sentido:

O primeiro relatório apresentado pelo MDA, com suas ações para diversificação, analisou o desenvolvimento do programa entre os anos de 2006 e 2010. Conforme este relatório, de 2006 a 2013, 75 projetos em pesquisa, de formação e Ater [Assistência Técnica e Extensão Rural], foram elaborados nas regiões Sul e Nordeste, envolvendo cerca de 800 municípios e 45 mil famílias. Tal balanço apontou ainda a existência de associação desta política com a Pnater [Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural], o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar], dentre outras ações que visaram apoiar o fortalecimento da agricultura familiar e a busca pela diversificação (principalmente de renda e produção). (Freitas, 2016, p. 50).

Além desses critérios estabelecidos no âmbito da OMS, mediante as informações citadas na longa caminhada para o controle do tabagismo em nosso país, é muito importante conhecermos o processo ao longo do curso histórico.

Em 1906, a Prefeitura de São Paulo estabeleceu a primeira lei conhecida no Brasil. Essa norma veio para proibir as casas de fumo de funcionar aos domingos e feriados. Seis décadas, foi apresentado um projeto de lei que a medida instituía a obrigatoriedade de incluir, em todas as embalagens dos maços de cigarros, um aviso explícito e claro sobre os inúmeros malefícios causados pelo consumo do tabaco.

Em 1971, foi estabelecida uma proibição parcial da propaganda do fumo na televisão e na radiodifusão no Brasil, bem como regulamentações para os negócios, uma advertência obrigatória nos maços de cigarros e a proibição da venda de cigarros a menores.

Além dessas pioneiras, as leis principais seguintes foram as seguintes:

- Lei 7.488/86: instituição do Dia Nacional de Combate ao Fumo;
- Lei 9.294/96: restrição do uso e propaganda de tabaco, bebidas com teor alcoólico e medicamentos;
- Lei 9.782/99: criação da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), que representou um marco decisivo para o controle do tabaco pois entre suas atividades inclui a regulamentação, o controle e a fiscalização dos produtos derivados do tabaco;
- Lei 10.167/2000: ampliação da restrição da propaganda na mídia e nos esportes em geral, em *outdoors* e limitação da publicidade aos pontos internos de venda;
- Decreto 5.658/2006: promulgação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco;
- Lei 12.546/11: criação da política de preços mínimos para os cigarros; promoção de ambientes livres de tabaco; proibição de propaganda comercial nos pontos de venda e aumento do espaço para advertências em 30% da parte frontal dos maços;
- Decreto 8.262/2014: regulamentação dos artigos da Lei no 12.546/11, Lei Anti-fumo.

Conforme já mencionado anteriormente no texto, é importante ressaltar que, mesmo após um longo processo de controle e até mesmo redução da cultura tabagista presente em solo brasileiro, ainda existe uma expressiva resistência proveniente do meio rural quando se trata da manutenção do cultivo dessa lavoura, especialmente por parte dos pequenos produtores.

Dentre os objetivos deste trabalho consiste realizar uma análise a fim de identificar quais são os fatores responsáveis pela continuidade desta atividade agrícola ao longo das gerações, apesar dos esforços governamentais para promover a diversificação de outras culturas agrícolas na área fumageira através de incentivos diversos. Isso se dará a partir do caso de Arapiraca-AL, o qual iremos contextualizar e, em seguida, discutiremos a seguir.

3.2 Fumicultura no município de Arapiraca

Segundo Oliveira (2007), o município alagoano de Arapiraca tem esse nome por ter surgido no entorno de uma árvore frondosa e acolhedora conhecida por este nome (*Anadenanthera macrocarpa*). O então povoado situado à margem direita do Riacho Seco, fundado por Manoel André, logo mais veio a se tornar, a cidade mais importante do interior de Alagoas, “agraciada com um admirável surto de desenvolvimento graças, principalmente, à evolução da

cultura do fumo, que foi de importância fundamental para a elevação do povoado à categoria de município” (Oliveira, 2007, p.22). Arapiraca foi elevada à condição de cidade em 1924.

O município está localizado na região central do Estado de Alagoas, na mesorregião do Agreste Alagoano. Fica a 136 Km da capital (Maceió), possui uma área territorial de 345, 655 km² e, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), a população total residente é de 234.696 habitantes. Ao Norte, se limita com os municípios de Coité do Nória, Craibas e Igaci; ao sul, com São Sebastião e Feira Grande; ao leste, com Limoeiro de Anadia e Junqueiro; e a Oeste, com Lagoa da Canoa.

De acordo com dados do IBGE (2022), o PIB do município é de cerca de R\$ 5,2 bilhões de reais e o PIB per capita é de R\$ 22,5 mil, sendo que 51,4% do valor adicionado advém dos serviços da administração pública (19,7%), da agropecuária (19,7%) e da indústria (9,5%)” (Caravela, 2022).

A cultura do tabaco chegou ao município arapiraquense por volta de 1880. De acordo com Guedes (1999), as primeiras sementes de fumo vieram de Lagarto, cidade do interior de Sergipe, encomendadas por Francisco Magalhães e trazidas por Pedro Vieira de Melo. As primeiras plantações do fumo foram feitas em um curral de gado no bairro Cacimbas pelos moradores que estavam descontentes com a agricultura da mandioca, que era a atividade de subsistência predominante na época (Guedes, 1999).

As primeiras mudas do fumo foram plantadas em um curral de fumo, adubada naturalmente, assim dando origem à expressão “curral de fumo”. Perante a isso, dividiram a cultura do fumo em Arapiraca em quatro estágios evolutivos. O primeiro estágio foi das primeiras plantações.

O segundo estágio veio com o aprimoramento da técnica no plantio, em que as mudas eram plantadas nos chamados “baixios”, onde semeavam o fumo nos currais e após o crescimento da muda essas eram transplantadas para canteiros nos referidos “baixios”.

O terceiro estágio é marcado pelo desenvolvimento intenso da cultura fumageira, levando a produção a ocupar mais terras. A semeadura passou a ser feita em terrenos mais altos e planos e deu-se início à utilização de estrume de gado como forma de adubação.

A partir desses processos, pode-se observar que Arapiraca estava passando por um notável desenvolvimento. A produção de fumo do município era tão significativa que conseguia abastecer as cidades vizinhas, sendo transportada através de tropas de burros. Nesse período, foi possível testemunhar inovações na preparação do fumo em rolo, com a introdução de utensílios feitos de madeira, como a conhecida “macaca. Além disso, o fumo também era enrolado nos chamados “sáris”, para posteriormente ser transformado em bolas. Essas mudanças

representaram avanços significativos no processo de fabricação do fumo em Arapiraca durante aquele tempo. (GONÇALVES, 2022)

Em 1944, aconteceu a entrada da primeira fábrica de charutos no município: Lêda. No ano seguinte, os grandes armazéns e salões de fumo começaram a surgir, fazendo com que ocorresse um grande impulso no mercado das folhas tabagistas. Com o desenvolvimento da atividade e a importância que ela mostrou no progresso da cidade, foi criado em 30 de outubro de 1949 o Clube dos Fumicultores de Arapiraca, fundado por José Lúcio de Melo (Gonçalves, 2022).

Até então, o fumo era utilizado apenas para enrolar, o chamado fumo em corda (fumo em rolo). E neste tempo, o cultivo consorciado era praticado com as culturas de algodão e feijão de corda em um mesmo canteiro. Isso dava para aos produtores uma renda suficiente para se manter na atividade com essa forma de organização da produção (Oliveira, 2007, p. 21).

O ano de 1950 ficou marcado pela entrada da primeira empresa de fumo internacional no município, chamada de Exportadora Guarrido. Depois chegaram as empresas Pimentel (empresa portuguesa), Carl Leoni, Bert Evert Beckovich (empresa Belga), Fumex-Tabacalera do Brasil (empresa espanhola), Suerdieck (empresa alemã), Monjeru e Ermor (empresas francesas) (Oliveira, 2007).

Ainda segundo Oliveira (2007), em 1955, a Souza Cruz também se instala nas terras arapiraquense e chega com o propósito de lançar a variedade do fumo Virgínia. Os agricultores lucravam e conheciam apenas o fumo em corda e não ficaram dispostos a correr o risco de serem acorrentados aos preços estabelecidos por apenas uma empresa no mercado regional. Mediante a isso, algum tempo depois, a empresa multinacional vendeu suas instalações à Amerino Portugal.

Com as instalações das empresas em Arapiraca, ocorre o quarto e último estágio: substituição do adubo orgânico por adubo químico.

A década de 1960 ficou marcada como uma das melhores fases do crescimento econômico do município, obtendo a renda per capita mais alta das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Foi nessa época que Arapiraca ganhou o título de maior parque fumageiro da América Latina, “[...] devido à propagação da folha de fumo em praticamente todos os municípios da mesorregião do agreste alagoano” (Oliveira, 2007, p. 22).

Na década seguinte, conforme Oliveira (2007), os produtores passaram a vender o fumo de rolo picotado em saquinhos plásticos. Essa atividade trouxe novas empresas para a

cidade, a exemplo da Extraforte, Super Bom, Fumo do Bom (essas duas empresas atualmente ainda seguem em Arapiraca), Rei do Nordeste, entre outras.

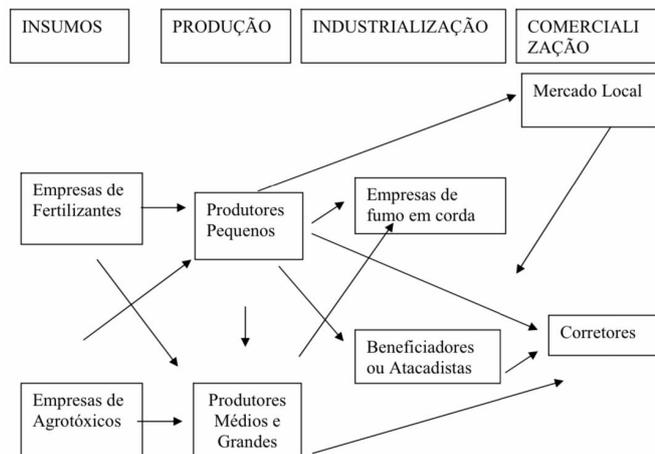
Isso levou, por consequência, o município a vivenciar uma época de crescimento econômico com o chamado “ouro negro” entre os anos 1960 e 1980.

Os pequenos produtores estiveram presentes em todo o processo de evolução dessa atividade, que ficou marcada por um maior acesso à renda, expansão da área plantada e rápido crescimento demográfico. Isso muda logo em seguida:

Entre 1975 e 1980, aparece a crise de superprodução [...]. Certos atores do setor fumageiro de Arapiraca, em 1983, já percebiam o aumento da produção, e até seu excesso, alertando para a iminência de crise no setor. O paradoxo é que o aumento da produção se realiza com produtos cujo consumo estava em declínio, deixando o setor em Alagoas altamente vulnerável. [...] O sistema agro-industrial do fumo na microrregião de Arapiraca nas últimas duas décadas do século passado passa por crise de competitividade, levando a região a perder importância nos cenários estadual, regional e nacional (Oliveira, 2007, p. 23).

A seguir tem a demonstração do diagrama da cadeia produtiva do fumo em corda em Arapiraca.

Figura 1 – Diagrama da cadeia do fumo em corda de Arapiraca - AL



Fonte: Oliveira (2007).

O declínio da era fumageira veio nos anos 1980 e afetou consigo a cidade de Arapiraca e toda a região circunvizinha. O enfraquecimento da cultura tabagista aconteceu, como já citado no tópico anterior devido: campanhas antitabagista desencadeadas pelos países; a redução do hábito de fumar dos brasileiros; as políticas públicas aplicadas, desde 2002, visando a diminuição no consumo e principalmente na queda da produção do tabaco no Brasil; ainda

tendo no meio de tudo isso a inserção da Convenção quadro para o combate ao tabagismo a nível internacional.

Levando em consideração todos os acontecimentos e a situação avassaladora contra a cultura fumageira, alguns agricultores sentiram as consequências financeiras, começaram a se organizar e a se informar buscando novas alternativas para a sua subsistência. Assim que veio a introdução das novas práticas agrícolas nas terras, não só arapiraquenses, como também em toda a sua mesorregião. Iremos discutir isso ainda neste trabalho, a partir de comentários dos próprios produtores¹.

¹ Não foram encontrados dados específicos sobre a agricultura familiar e a fumiicultura na cidade de Arapiraca/AL.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Santos e Deponti (2021), pesquisa é uma atividade intelectual que envolve um procedimento racional e sistematizado, realizado com a finalidade específica de fornecer respostas aos problemas que são apresentados. A necessidade de realizar uma pesquisa surge quando não há informação suficiente disponível para responder ao problema em questão, ou quando as informações existentes estão desordenadas a ponto de não poderem ser adequadamente relacionadas ao problema proposto.

O presente trabalho possui características que o definem como uma pesquisa exploratória, a qual se propõe a investigar tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Foi realizada uma revisão narrativa da literatura para levantar dados atuais sobre esses assuntos específicos, mas não foram encontrados resultados favoráveis. Devido à falta de dados recentes e informações relevantes sobre o tema em questão, a realização de uma pesquisa de campo foi fundamental para a conclusão deste estudo.

A principal intenção dessa pesquisa é obter um entendimento mais profundo sobre um assunto que é pouco conhecido e carece de sistematização, tal como ocorre com a produção de fumo em corda, de maneira a tornar esse tema mais compreensível para interessados, seja na pesquisa acadêmica ou da sociedade civil em geral.

Inicialmente, como meio de obtenção de informações primárias cruciais para o estudo em questão, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas do modelo misto com produtores do fumo em corda que residem na zona rural de Arapiraca, como os que frequentam as feiras do fumo nas feiras do fumo nas cidades de Arapiraca e Craíbas. A realização dessas entrevistas se estendeu ao longo de um período significativo, compreendido entre os dias 13 de setembro e 30 de outubro de 2022.

O questionário foi respondido por um total de 50 produtores, sendo que destes, 33 eram provenientes da cidade de Arapiraca, 15 da cidade de Craíbas e =2 da cidade de Feira Grande.

Através dos questionários e das entrevistas, buscou-se reunir informações sobre as práticas agrícolas adotadas pelos produtores locais, assim como explorar suas motivações, desafios enfrentados e estratégias usadas para comercializar seus produtos.

Por meio dessas técnicas de pesquisa, esperava-se obter um conhecimento mais profundo sobre a dinâmica da produção de tabaco em Arapiraca, identificar os principais benefícios sociais e econômicos proporcionados pela agricultura familiar nesse contexto específico e avaliar o impacto dessa atividade na comunidade local.

O procedimento empregado para a avaliação dos dados consistiu em utilizar o método estatístico denominado descritivo simples, que corresponde a uma abordagem sistemática e objetiva para analisar as informações coletadas. Nesse processo, os dados foram inseridos em tabelas apresentando as porcentagens correspondentes, com o objetivo de calcular as médias para cada dado e descrever algumas situações mencionadas.

É importante ressaltar que não dispomos de informações sobre a quantidade específica de produtores de fumo em corda na cidade de Arapiraca e nos municípios vizinhos. Essa falta de dados impede a realização de um levantamento considerável e significativo para representar adequadamente a população produtora em questão. Fora a falta de dados mais específicos de forma geral sobre a agricultura familiar na cultura fumageira.

Essas entrevistas foram realizadas nas residências dos agricultores e nos locais das feiras livres de fumo que acontecem em Arapiraca, todas as segundas-feiras, bem como aos sábados no município de Craíbas. É importante ressaltar que essas duas feiras são consideradas as principais no agreste alagoano para a comercialização do fumo em corda. As respostas diretas de alguns dos entrevistados foram colocadas como: “agricultor 1”, e assim sucessivamente.

A pesquisa em questão foi realizada durante o período da safra do ano de 2022, permitindo assim, um acompanhamento em praticamente todos os processos envolvidos dessa cadeia produtiva. Desde a etapa da plantação até o momento da comercialização. As imagens apresentadas, que retratam desde o cultivo das plantas até o seu processo de cura, foram capturadas no Sítio Sapucaia, localizado na zona rural de Arapiraca. Já as fotos que ilustram a etapa de venda e compra dos produtos, foram tiradas durante a feira em Craíbas.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na busca por compreender e analisar o modo de trabalho dos agricultores que se dedicam à produção de tabaco na região de Arapiraca, bem como entender suas estratégias produtivas comerciais, foi conduzida uma pesquisa de campo para coletar dados sobre a importância da agricultura familiar na cultura do fumo em corda no município alagoano.

5.1 Dados quantitativos da pesquisa

Foram desenvolvidos cinquenta questionários destinados aos produtores de fumo, com o objetivo de obter informações relevantes sobre esse grupo específico. A primeira pergunta feita nesses questionários foi relacionada à idade do entrevistado. Essa escolha foi tomada estrategicamente, pois a partir da resposta obtida, podemos iniciar uma análise preliminar para avaliar o grau de conhecimento que esses agricultores possuem sobre a cultura do tabaco.

Com base nas informações coletadas, a idade média dessa amostra foi de 51,26 anos, sendo que 24% (12 pessoas) estão na faixa etária de 61 a 70 anos, 14% (7 pessoas) estão na faixa etária de 36 a 40 anos e 14% (7 pessoas) estão na faixa etária de 46 a 50 anos de idade. Além disso, podemos observar que a presença e envolvimento dos indivíduos adultos com idades compreendidas entre 20 e 25 anos têm se tornado cada vez menos frequente na atividade agrícola relacionada ao cultivo do tabaco.

Tabela 3 – Faixa etária da coleta da pesquisa (em %)

FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
DE 20 A 25 ANOS	1	2%
DE 26 A 30 ANOS	3	6%
DE 31 A 35 ANOS	3	6%
DE 36 A 40 ANOS	7	14%
DE 41 A 45 ANOS	5	10%
DE 46 A 50 ANOS	7	14%
DE 51 A 55 ANOS	4	8%
DE 56 A 60 ANOS	3	6%
DE 61 A 70 ANOS	12	24%
DE 71 A 80 ANOS	5	10%
TOTAL	50	100%

Fonte: elaboração nossa

Foi realizada uma pergunta sobre o nível de escolaridade, apresentada no quadro 4 a seguir, visto que é extremamente relevante para o homem do campo adquirir maior conhecimento e aprendizado, a fim de capacitar-se para assimilar novas técnicas e inovações. A busca por aprimoramento visa proporcionar melhorias significativas nas atividades agrícolas desenvolvidas no meio rural.

Tabela 4 – Grau de escolaridade (em %)

GRAU DE ESCOLARIDADE	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
ENSINO FUND. IN-COMPLETO	10	20%
ENSINO FUND. COMPLETO	9	18%
ENSINO MÉDIO	14	28%
NÃO ESTUDOU	17	34%
TOTAL	50	100%

Fonte: elaboração nossa.

A maior parte dos fumicultores entrevistados possui baixo grau de instrução. Conforme pode ser observado no quadro, 34% dos entrevistados são analfabetos, 28% completaram o ensino médio, 20% não terminaram o ensino fundamental e 18% concluíram o ensino fundamental. Nenhum dos entrevistados possuía formação no ensino superior.

Outra questão levantada foi a idade média em que esses produtores iniciaram na atividade fumageira, cujos dados estão apresentados no Quadro 5 a seguir.

Tabela 5 – Faixa etária de início das atividades no cultivo do fumo

IDADE QUE INICIOU NO CULTIVO DO FUMO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
ENTRE 7 E 10 ANOS	23	46%
ENTRE 11 E 14 ANOS	17	34%
ENTRE 15 E 18 ANOS	10	20%
TOTAL	50	100%

Fonte: elaboração nossa

Conforme os dados, a maior frequência ocorreu na faixa de 7 a 10 anos (46% - 23 pessoas); enquanto a menor frequência foi de 15 a 18 anos (20% - 10 pessoas). A média foi de 10,7 anos, assim, levando a considerar por meio aos resultados que a baixa escolaridade desta população se dá pela necessidade que tiveram de iniciar tão precoce as atividades com o fumo.

Diante disso, foi questionado em seguida o tempo na atividade agrícola, cujos dados estão apresentados no Quadro 6 na sequência.

Tabela 6 - Tempo na atividade tabagista

TEMPO DE TRABALHO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
ATÉ 20 ANOS	17	34%
DE 21 A 30 ANOS	9	18%
DE 31 A 40 ANOS	12	24%
MAIS DE 40 ANOS	12	24%
TOTAL	50	100%

Fonte: elaboração nossa.

O resultado trouxe uma média de 29,88 anos. Cerca de 34% têm até 20 anos na atividade, 18% entre 21 e 30 anos de atividade e 48% estão com mais de 30 anos de experiência na agricultura fumageira.

Tendo como objetivo responder às questões de pesquisa levantadas anteriormente neste texto, é importante salientar que para ser considerada agricultura familiar a propriedade em questão não pode ultrapassar uma área de 4 módulos fiscais e sua produção deve ser majoritariamente realizada pela própria família, embora seja permitida a contratação de até 120 trabalhadores externos não permanentes ao longo do ano.

Quanto ao tamanho da propriedade, o Quadro 7 apresenta os dados dos entrevistados por esta pesquisa.

Tabela 7 – Tamanho das Propriedades

TAMANHO DA PROPRIEDADE	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
ATÉ 4 HECTARES	41	82 %
5 A 10 HECTARES	7	14 %
11 A 20 HECTARES	2	4%
TOTAL	50	100%

Fonte: elaboração nossa.

Ao levar em consideração as informações fornecidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2023), no ano de 2023, podemos afirmar que o valor do módulo fiscal na cidade de Arapiraca é equivalente a 15 hectares. Quando analisamos o tamanho das lavouras de fumo, especificamente, constatamos que essa cultura ocupa, em média, cerca de 4,14 hectares das propriedades presentes na amostra que foi estudada e analisada.

Assim, 82 % fazem a plantação em até 4 hectares de terra, enquanto 14 % em 5 a 10 hectares e apenas 4 % entre 11 e 20 hectares de terra. É importante mencionar que 6 dos agricultores entrevistados não possuem terras próprias para a plantação, eles arrendam de terceiros, pagando por esse uso, normalmente, no fim da safra.

Diante desse contexto, questionou-se aos entrevistados sobre a quantidade de mão de obra adicional contratada durante a safra do fumo. Os dados informados estão organizados no Quadro 8 que segue:

Tabela 8 – Contratação de Mão de Obra

MÃO DE OBRA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
ATÉ 10 TRABALHADORES	12	24%
ATÉ 20 TRABALHADORES	5	10%
MAIS DE 20 TRABALHADORES	2	4%
NÃO POSSUI TRABALHADORES	31	62%
TOTAL	50	100%

Fonte: elaboração nossa.

Dos 50 fumicultores entrevistados, 19 (38%) precisam contratar mão de obra extra e 31 (62%) afirmaram não necessitar ou poder, financeiramente, ter ajuda extra, trazendo uma média de 3 trabalhadores.

Foi relatado por 10 agricultores que a época de contratação na maioria dos casos é durante o período de colheita, mas para 2 deles o momento em que necessitam de mão de obra extra é durante o transplante das mudas. Enquanto 15 produtores afirmaram a necessidade de trabalhadores em todo o processo, desde o transplante da muda até a cura do fumo.

As famílias dos produtores de fumo, em média, 4 integrantes, dos quais 3 trabalham nas lavouras, atualmente.

5.2 A busca pelo orgânico

Com o crescimento notável da prática de cultivo e consumo de produtos orgânicos nos últimos anos (MAPA, 2019), tornou-se extremamente pertinente buscar a opinião dos agricultores arapiraquenses em relação à viabilidade da produção sem o uso de aditivos químicos

na cultura do tabaco. Abaixo, temos uma tabela contendo as perguntas realizadas aos agricultores, juntamente com uma síntese das respostas obtidas e suas respectivas justificativas.

Quadro 1 – Visão dos agricultores sobre produção orgânica do fumo em corda em Arapiraca.

PERGUNTA	RESPOSTA E JUSTIFICATIVA
Existe a procura por fumo orgânico?	<ul style="list-style-type: none"> - Não existe a procura por fumo orgânico. - Nunca teve a procura por fumo orgânico. O fumo não tem como ser produzido sem os venenos químicos.
Existe a possibilidade de a produção do fumo passar a ser orgânica?	<ul style="list-style-type: none"> - Há 30 anos não existia adubos e venenos químicos, tudo era orgânico, porém, hoje não compensa mais. - As empresas não querem fumos sem os aditivos químicos. E seria inviável. Atualmente, isso geraria mais mão de obra, sairia bem mais caro cultivar o fumo. - Não, o fumo sem os insumos químicos não possui uma boa qualidade. - Agricultor 1: <i>“Já plantei fumo sem aditivos químicos quando não existiam as pragas - o que já faz muito tempo. As pragas começaram a surgir quando começaram desmatar as matas, com isso veio as pragas em todas as plantações agrícolas”</i> -Agricultor 2: <i>“Nunca teve a procura por fumo orgânico. As empresas prezam por fumo de qualidade e isso só é possível com o uso dos aditivos químicos”.</i> - Agricultor 3: <i>“Não tem como plantar fumo e dar uma boa qualidade sem os aditivos químicos. E os adubos químicos que colocamos no decorrer da plantação ainda é em menor quantidade de quando chegam nas fábricas, pois elas colocam muito mais antes de passar para os clientes”.</i>

Fonte: elaboração nossa a partir das respostas da pesquisa de campo.

Ao analisar as respostas fornecidas pelos 50 entrevistados, percebe-se que, segundo a perspectiva deles, é considerada impossível a transformação da lavoura do fumo em uma produção orgânica.

Tal conclusão é baseada em dois aspectos fundamentais e relevantes. Primeiramente, destaca-se o fato de que não existe demanda por parte das empresas para esse tipo de produção, o que significa que não há incentivos para os agricultores começarem a produzir algo que não encontrará compradores no mercado. Além disso, é válido salientar que os agricultores com recursos financeiros suficientes para adquirir os melhores fertilizantes e aditivos químicos terão colheitas mais prósperas e bem-sucedidas.

5.3 Trabalho na fumicultura

A Tabela 2 a seguir demonstra, a partir das respostas dos entrevistados, uma síntese de como informaram que funcionava a comercialização do fumo em Arapiraca e quais as empresas que comprovam a mercadoria. Em seguida, apresentaremos todo o processo.

Quadro 2 – Funcionamento do Sistema.

COMO FUNCIONA A COMERCIALIZAÇÃO DO FUMO EM ARAPIRACA?	QUAIS SÃO AS EMPRESAS QUE COMPRAM A MERCADORIA DA MESORREGIÃO DE ARAPIRACA?
<p>- Agricultor 4: <i>“Quem leva o produto para as feiras, geralmente, são os produtores que plantaram pouca quantidade do produto. Eles levam para a feira em média 5 a 10 bolas de fumo. Essas bolas, no geral, são vendidas aos pequenos ou médios atravessadores. Esses pequenos e médios intermediários vendem diretamente para as empresas ou até mesmo para grandes atravessadores”.</i></p> <p>- Agricultor 5: <i>“Quem decide o valor do quilo do fumo são as empresas quando tem muita oferta. Quando há muita demanda e pouca oferta quem decide o valor é o produto. Muitas vezes o preço do quilo está mais alto na feira do que na fábrica, no momento que isso acontece a empresa aumenta o valor para não perder a compra do produto”.</i></p> <p>- Agricultor 6: <i>“Quem tem muitos quilos do fumo, normalmente, os atravessadores vão comprar na casa do produtor”.</i></p> <p>-Agricultor 7: <i>“Quando o fumo já está enrolado na bola, a fábrica só compra quando a bola estiver curada.”</i></p>	<p>- Empresas de Arapiraca: Grupo Coringa, Extraforte, Grupo Jangadeiro, Incaziu, Fumo Sertanejo, Fumo Superbom, Fumo Meliar.</p> <p>- Empresas de outros estados: Fumo Juriti (SP), Fumo Galo (PR), Fumo Sabiá (MG), Maratá (SE).</p>

Fonte: elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo

Ao contrário do sul do Brasil, no Nordeste, na produção do fumo negro destinado à fabricação de charutos e cigarrilhas, as folhas são retiradas do caule separadamente e sua classificação é feita durante a colheita. Primeiro são colhidas as folhas de baixo (baixeiras, em torno de cinco folhas), depois são as semimeeiras (meio da planta, em torno de sete folhas), em seguida são as meeiras (meio superior da planta, em torno de sete folhas) e as últimas folhas são conhecidas por ponteiras (em torno de cinco folhas).

No conhecimento popular dos agricultores nordestinos a classificação das folhas também é conhecida, como: sapata, baixeiro, meião e primeira.

As folhas que são apanhadas no tempo certo, conforme a sua classificação, vão para um varal feito de estaca e taboca, normalmente perto da plantação, para o processo de secagem das folhas. As folhas permanecem nos varais de fumo de 8 a 15 dias. Quando estão secas, são retiradas do varal para o próximo passo da produção: destalação, que é a retirada do talo da folha do tabaco. Esse processo, quase sempre, é uma tarefa realizada por mulheres.

As Figura 2 e 3 a seguir mostram esses processos, verificados em Arapiraca-AL.

Figura 2 – Processo de quebra do fumo “primeira” e varal para a secagem das folhas.



Fonte: Autora, 2023

Figura 3 - Mulher tirando o talo da folha do fumo e “moios” de fumo



Fonte: Autora, 2023

Após a remoção do talo, essas folhas são agrupadas em moios (montes). O monte é cuidadosamente organizado para criar a bola do fumo, que consiste em enrolar as folhas de tabaco juntas e torcê-las em cordas longas. Essas cordas são então dispostas no formato de uma esfera, criando assim a “bola” de tabaco. Esse processo está representado na Figura 3 a seguir.

Figura 4: Bola do fumo sendo produzida com a utilização do mel.



Fonte: Autora, 2023

Nesse processo, muitos agricultores colocam mel no baixeiro e no meião para dar mais qualidade, peso e cheiro para o fumo. As bolas de fumo são feitas, no geral, com 100 quilos cada. Após a cura, elas chegam a pesar, em média, de 70 a 85 quilos. Isso pode ser visto na sequência de imagens da Figura 4, a seguir.

Figura 5– Etapa da cura e comercialização do fumo em corda.



Fonte: Autora, 2023

Após feita a bola de fumo, ela precisa passar pelo processo de cura, em que é colocada em um “sári”, que é o pau utilizado para enrolar a corda do fumo, através do macaco (instrumento de ferro ou de madeira).

Do “sári” no macaco a corda do fumo é passada para outro “sári” em outro macaco, que fica sendo girado por uma pessoa até toda a bola do fumo ser passada de um sarilho para o outro. Essa bola que é colocada no sarilho precisa ir para o sol diariamente até o fumo secar e ficar firme, esse fumo que fica no sarilho, geralmente, é guardado em salões todo fim de tarde até o fumo ficar curado e ir para a comercialização.

É importante pontuar que desde a quebra do fumo, quando são colocados no varal, ele não pode mais ter contato algum com a água. Pois isso tardará o seu desenvolvimento na cura, podendo até perder toda a sua qualidade.

Além disso, é relevante ter em mente que uma prática que ocorre frequentemente entre os indivíduos envolvidos na produção de fumo é a comercialização antecipada das folhas desta planta para os fabricantes.

Neste contexto, as empresas responsáveis pela fabricação adquirem essas folhas tanto quando elas já estão secas como também enquanto ainda estão verdes, diretamente do pé do tabaco. No caso da compra das folhas no estágio verde, é a própria empresa que se encarrega de coletá-las. Essa dinâmica é estabelecida por meio de contratos, nos quais o produtor recebe um pagamento adiantado com base na quantidade de produção esperada, e tal valor é disponibilizado para ser investido na aquisição dos insumos necessários e demais recursos durante o período da safra.

O sistema de comercialização do fumo em Arapiraca envolve tanto as feiras intrarregionais, que proporcionam uma aproximação direta entre produtores e consumidores, como também os salões e curadores de fumo, que desempenham papéis importantes na disponibilização e qualidade do produto final.

As fotografias a seguir retratam a feira do fumo localizada na cidade de Craíbas. Estas imagens foram capturadas no início do período de comercialização do produto, mas especificamente no mês de agosto. As feiras do fumo possuem papel crucial, não apenas ao possibilitar a comercialização da bola do fumo, mas também ao proporcionar uma fonte de renda para os homens que desempenham as atividades de “cabeceiros” – conforme demonstrado na segunda foto – e balanceiros, como representado na terceira imagem.

Figura 6 – Feira do fumo do município de Craíbas/ AL



Fonte: Autora, 2023

Na quarta fotografia apresentada, pode-se observar o momento em que ocorre a transação financeira envolvendo a compra e venda da matéria-prima denominada “péia”, utilizada na confecção dos cigarros de palha. Por fim, na quinta fotografia busca-se evidenciar que a cultura relacionada à produção do fumo ainda perdura ao longo das gerações, sendo possível visualizar a presença simultânea do pai, filhos e netos presentes na monocultura.

Por meio de todas as indagações e reflexões sobre a cultura do tabaco, bem como das possíveis implicações que esta pode acarretar à saúde humana, foi questionado a todos os entrevistados se enfrentaram problemas de saúde. O resultado é apresentado no Quadro 9 a seguir.

Tabela 9 – Já teve saúde prejudicada pelo tabaco?

	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
SIM	3	6%
NÃO	47	94%
TOTAL	50	100%

Fonte: elaboração da autora a partir da pesquisa de campo.

5.4 Perspectivas e empecilhos enfrentados na agricultura fumageira

5.4.1 Problemas

Atualmente, um dos principais obstáculos enfrentados por esses produtores diz respeito à mão de obra disponível. Em meio ao questionamento das perguntas dos quadros 7 e 8, foi mencionado pelos entrevistados que a quantidade de terras plantadas veio diminuir, comparando a décadas passadas, tanto pelo declínio da demanda ao longo dos anos, como também pela falta e o alto custo da mão de obra, levando esses produtores a reduzir o tamanho das suas lavouras tabagista, reduzindo-a a uma quantidade que a base familiar pudesse cuidar sem a contratação de trabalhadores externos.

Um fator adicional que causa preocupação é o preço elevado de todos os adubos químicos utilizados na agricultura, o que resulta em um aumento significativo nos custos de produção. Essa situação gera uma maior insegurança durante a fase de comercialização do produto final da comercialização. Além disso, um elemento ao qual todos os agricultores estão constantemente atentos: o clima. Durante o processo de plantio, a quantidade de chuva e luz solar desempenham um papel crucial para garantir uma colheita bem-sucedida. A planta do tabaco é extremamente sensível às condições climáticas, sendo necessário um volume substancial de chuvas desde o momento do plantio das mudas até o crescimento das folhas, seguindo por uma grande quantidade de sol após a maturação das folhas até o processo completo de secagem.

Continuando a seguir com a análise em questão, foi colocado o seguinte questionamento: qual é a sua perspectiva em relação à cultura do fumo? E, de forma geral, as suas respostas foram bastante semelhantes. Foi abordado de forma minuciosa o progresso da cultura agrícola na microrregião do agreste de Alagoas, onde se constatou uma redução contínua safra após safra. Todos os participantes concordaram em unânime que o impacto resultante dessa diminuição na produção é amplamente reconhecido e levado em consideração. No entanto, houve um consenso de que, apesar desse cenário preocupante, a atividade agrícola pode sofrer uma redução, mas não estará fadada à extinção completa no contexto regional.

Segundo o agricultor familiar, *agricultor 8*, 43 anos, natural da cidade de Arapiraca entrevistado na feira das Craíbas expressou a seguinte questão sobre o assunto discutido: “Cresci cultivando o fumo, nunca deixei de plantar, sempre ouvi que a venda do fumo estava ruim e que iria acabar, mas estou nesse ramo a mais de 20 anos. A maioria dos bens que tenho foi através dele, já plantei muitas outras coisas para comercialização, mas é no fumo que o lucro

é maior e vem mais rápido. Todo ano planto milho e feijão, mas é só para a família, não coloco para vender. Se tivesse outra agricultura que provesse o mesmo que ele, poderia dar certo. Mas até o momento, aqui em Arapiraca, não vejo nenhuma! Enquanto ele estiver dando lucro, eu vou plantar!”.

Em concordância, conforme o *agricultor 9*, 62 anos, entrevistado em sua residência no Sítio Pilões em Arapiraca: “Do ano de 2004 até 2007 parei de plantar fumo e foquei no milho, feijão e mandioca. Distribui as minhas, na época, 20 tarefas de terras nessas três agriculturas, foi um bom negócio por um tempo. Mas, quando o fumo começou a ganhar mercado de novo, voltei a plantar novamente e estou até hoje. Não planto mais a quantidade de antes, pois não tem trabalhador, mas ainda me arrisco em pelo menos umas 4 tarefas de terra. O fumo depois de 90 caiu e vejo que ele reduziu bastante no interior, mas quem tem um pedaço de terra ainda planta para inteirar a renda, pois mesmo se o preço não estiver muito bom, ainda dá para fazer um pé de meia”.

A partir das informações fornecidas, é possível concluir que a prática da agricultura fumageira ainda se mantém presente na região rural, embora não com a mesma intensidade de tempos passados. Mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas na produção e comercialização dos produtores agrícolas, essa atividade econômica persiste e irá perpetuar até haver o seu mercado na região. Além disso, destaca-se que Arapiraca continua sendo reconhecida como o centro principal da cultura tabagista. No entanto, suas terras já não possuem mais a cultura do tabaco como um elemento crucial para a economia municipal, como ocorria anteriormente nos anos 60 e até mesmo no início da década de 90.

5.4.2 Cultivo de outras culturas agrícolas

Analisando as propriedades visitadas, foi notado que a maioria das terras não são usadas em sua totalidade na produção fumageira, por meio disso foi questionado quais atividades agrícolas são cultivadas também nessas terras. Dentre a amostra analisada, 88% dos participantes (44 pessoas) afirmaram a prática de outros cultivos e apenas 12% (6 pessoas) disseram que não plantam nada além do fumo.

Os agricultores poderiam falar mais de um cultivo que praticam. Dentre estes, o mais plantado é o feijão (39 pessoas) e o milho (37 pessoas) que juntando os dois chega a um percentual de 49%, mandioca (15% - 23 pessoas), abóbora (12% - 19 pessoas), batata-doce (11% - 17 pessoas), abacaxi (5% - 7 pessoas) e hortaliças (7 %- 11 pessoas). Os outros que não

produzem nada além do fumo, justificaram que: “não compensa investir em outra lavoura sem ser a do tabaco”.

Através da análise das informações obtidas em algumas entrevistas e do exame minucioso do conteúdo presente no site oficial da Prefeitura de Arapiraca, buscamos obter conhecimento acerca da existência de políticas públicas que visem estimular a diversificação agrícola na região rural deste município.

5.4.3 Agricultura familiar e a diversificação da atividade tabagista em Arapiraca.

Segundo a Aliança de Controle do Tabagismo (ACT), a diversificação agrícola condiz com um processo de construção coletiva que vai integrar o camponês a uma nova manufatura tendo como prioridade a agroecologia, assim o agricultor será introduzido a uma agricultura ao qual não estava familiarizado, pois a sua relação com a indústria não o conduzia a isso.

O processo de diversificação na cultura tabagista foi implementado com o objetivo de diminuir a quantidade de terras utilizadas para a produção exclusiva de tabaco, visando assim direcionar esses recursos para a produção de alimentos variados e genuínos. Ao adotar tal estratégia, espera-se alcançar benefícios significativos no combate à insegurança alimentar, uma vez que haverá um aumento na disponibilidade e variedade de alimentos saudáveis e nutritivos. Essa abordagem busca não somente diversificar as atividades agrícolas em determinada região, mas também promover uma mudança no modelo produtivo, priorizando a produção alimentícia como forma de suprir as demandas básicas da população.

Em Arapiraca, no ano de 2003, foi criado o projeto Cinturão Verde, que tem como objetivo ampliar a diversificação alimentar produzida nos povoados arapiraquenses. Esse projeto veio com o início da crise do fumo, alguns produtores passaram a cultivar hortaliças. Com o declínio do fumo a produção passou a ser quase o seu total produzido pelos grandes produtores, aqueles que possuíam um bom poder aquisitivo. Esse projeto junto com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foram os precursores para a diversificação nas terras produtoras de tabaco. Segundo José Adailton Barbosa, na época (2020), o presidente do Sindicato Patronal de Arapiraca. Explicou que a agricultura fumageira vem em um momento de transição:

A região que segue em direção ao litoral começou a trabalhar a diversificação. A área de hortaliças é muito forte e o amendoim vem surgindo com força na região, além do abacaxi e do feijão de corda. Existe a diversidade. Mas, na região mais próxima do sertão do Estado, fica limitada as culturas do fumo e da mandioca por serem culturas que se adaptam a um volume de chuva menor. Então, para os produtores que estão nos municípios de Craíbas e Girau do Ponciano é a saída que eles têm para a agricultura (Gazeta de Alagoas, 2020).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que agora em 2023 passou a se chamar Alimenta Brasil, ficou parado por três anos em Arapiraca e teve a sua reabertura agora no ano vigente. O objetivo do PAA é o desenvolvimento e fortalecimento da cadeia produtiva local, inclusão social no meio rural e mais renda para as famílias. Esse programa instrui e incentiva o agricultor a iniciar a produção de novas culturas em suas terras, geralmente voltada para a atividade agrícola alimentar. O programa em Arapiraca é gerido pela secretaria de Desenvolvimento Rural e, atualmente, são 60 instituições cadastradas para receber os alimentos vindo da agricultura familiar local.

Segundo a Prefeitura de Arapiraca (2023), com o Programa PAA, até junho de 2023, foram adquiridas mais de 540 toneladas de alimentos orgânicos. “Os principais itens adquiridos pelo programa são frutas, legumes, hortaliças e raízes, contemplando centenas de pequenos e médios produtores rurais e atendendo o Restaurante Popular, Casa dos Velhinhos, Escolas, Creches, entre outras” (Prefeitura de Arapiraca, 2023).

Os agricultores familiares que fazem parte do PAA, em 2023, tiveram/têm o direito a R\$ 13 mil/ano na venda de seus alimentos a prefeitura. Conforme a Prefeitura de Arapiraca, já foram investidos mais de R\$ 6,1 milhões na aquisição dos alimentos (2023) e mais de 490 famílias produtoras da Agricultura Familiar estão sendo beneficiadas por esse programa. Fora a contribuição que esse produtor vem apresentando para o abastecimento da alimentação de todo o município.

Todavia, ainda segundo o presidente do sindicato patronal José Adailton, a relação da agricultura familiar com a cultura fumageira ainda continua rendendo bons resultados para o setor do agreste alagoano. Mesmo com o impulso que vem das políticas públicas, como por exemplo: PAA, que tem como um dos objetivos a diversificação das terras fumageiras da região para a introdução do plantio de novas lavouras, principalmente as alimentares, mesmo assim os agricultores familiares é a classe que mais pratica a atividade e insiste no plantio do fumo na localidade.

Deste modo, podemos chegar à conclusão de que, seguindo a linha de pensamento exposta por Oliveira no ano de 2007, a organização de um sistema produtivo em uma comunidade atribui funções e responsabilidades específicas aos seus componentes. Essas funções e responsabilidades são distribuídas em partes para o trabalho a ser desenvolvido. Portanto, cada indivíduo participante do sistema possui uma tarefa a cumprir, seja ela técnica ou administrativa, social ou econômica. Essa tarefa se integra às demais tarefas realizadas pelos demais membros da comunidade, formando assim uma grande engrenagem que se movimenta no sentido da produção de bens e serviços.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscamos compreender o processo de reestruturação da região fumageira em Alagoas, com foco na dinâmica dos agricultores familiares que conseguiram prosperar na agricultura através de sistemas de parceria e arrendamento desde o início da agricultura no município. Hoje, podemos perceber que esses agricultores são os principais revitalizadores da fumiicultura em Arapiraca e nas cidades circunvizinhas. Vale ressaltar que 82% dos agricultores entrevistados possuem terras de no máximo 4 módulos fiscais, e 62% deles contam principalmente com a mão de obra familiar.

Através desta análise, obtivemos informações valiosas sobre os desafios e oportunidades enfrentados pelos agricultores familiares na indústria do tabaco. Apesar de seus recursos limitados e da dependência de métodos agrícolas tradicionais, esses agricultores têm demonstrado notável resiliência e adaptabilidade diante das mudanças nas condições de mercado e nas políticas governamentais. Ao apoiar e capacitar estes agricultores, podemos não só garantir a sustentabilidade a longo prazo da indústria do tabaco, mas também promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades rurais.

Apesar dos desafios enfrentados pela indústria do tabaco na região, tem havido uma diversificação significativa de culturas na área. De acordo com 88% dos entrevistados, o território passou a cultivar culturas como milho, feijão, mandioca, hortaliças, abóbora, abacaxi e batata-doce. Essa mudança pode ser atribuída, em parte, ao sucesso de projetos como o Cinturão Verde e o programa PAA, que compram produtos de agricultores locais e constituem uma fonte de renda vital para a população. Estas iniciativas tornaram-se alternativas cruciais à crise do tabaco, assim, gerando uma contribuição na estabilidade econômica da região.

Nessa perspectiva, percebe-se a inexistência de políticas públicas, bem como de cooperativas e associações voltadas especificamente para o apoio aos fumiultores, como ocorre na região Sul do Brasil. Esse pode ser um dos motivos para o declínio significativo da fumiicultura no estado de Alagoas.

Deste modo, é preocupante que pareça haver um descaso com a subsistência desses agricultores, que dependem do cultivo do tabaco há gerações. Sem o apoio e os recursos adequados, não é de se admirar que a indústria esteja lutando para sobreviver. Talvez seja altura de o governo e outras organizações intervirem e prestarem a assistência necessária a estes agricultores. Afinal de contas, eles são uma parte importante da comunidade agrícola e o seu sucesso é vital para o sucesso geral da indústria. É crucial que reconheçamos o valor destes agricultores e tomemos medidas para os apoiar. Ao fazer isso, podemos não apenas ajudá-los a prosperar,

mas também garantir que a indústria do tabaco em Alagoas continue sendo uma fonte de renda viável e sustentável para as gerações futuras.

Pois, para os agricultores, o abandono da cultura do tabaco não significa apenas a perda de um rendimento anual importante, mas também o fim de uma parte da sua “identidade”, uma vez que se trata de uma prática transmitida por gerações. No entanto, a diversificação das culturas está a tornar-se gradualmente uma imposição do mercado, à qual os agricultores têm de se adaptar. É uma transição difícil para eles, pois o cultivo do tabaco está profundamente enraizado na sua cultura e modo de vida.

Assim, as entrevistas realizadas mostraram-se extremamente valiosas para entender o significado da cadeia produtiva do fumo na cidade arapiraquense ao longo dos anos. Pois, a pesquisa de campo, além de permitir a análise dos métodos produtivos empregados pelos agricultores estudados, possibilitou uma melhor compreensão da importância cultural e histórica dessa monocultura para o município. A partir do entendimento dessas questões, foi possível evidenciar os desafios enfrentados pelos agricultores familiares na atualidade, ao mesmo tempo em que se reconheceu a permanência dessa forma de agricultura na cultura local.

Assim, diante ao que foi exposto neste trabalho, concluímos que a crise do fumo na região Agreste de Alagoas forçou um novo processo de reestruturação não só nas áreas rurais, mas também nas áreas urbanas. Como sabemos, é uma via de mão dupla. Como já mencionado várias vezes neste texto, Arapiraca é a segunda cidade mais populosa e desenvolvida do interior de Alagoas, perdendo apenas para a capital- Maceió. Seu desenvolvimento socioeconômico foi baseado na indústria do fumo. Essa área é um local importante para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, pois são evidentes as deficiências resultantes das ausências ou concentração de desenvolvimento numa área que já foi muito produtiva em fumo.

Deste modo, tendo em conta que cada observador ou pesquisador pode apresentar análises diferentes para o mesmo fenômeno geográfico, e assim obtendo resultados distintos, é fundamental sublinhar que o conteúdo desta pesquisa é sobretudo o resultado da nossa perspectiva sobre o território examinado, da nossa compreensão e interpretação da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR PRODUTORA DE TABACO E A HOMOGENEIDADE DO PROGRAMA NACIONAL DE DIVERSIFICAÇÃO: UMA POLÍTICA PARA QUEM? Rio Grande do Sul, 2016-. ISSN 1413-0580. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKE-wiq9ufnwMGCAxXFpZUCHf3EAG0QFnoECBMQAQ&url=https%3A%2F%2Frevista-esa.com%2Ffojs%2Findex.php%2Fesa%2Farticle%2Fdownload%2F719%2F438%2F2092&usg=AOvVaw3edlROc3I-amHLq3fIDbHx&opi=89978449>.

Acesso em: 15 out. 2023.

AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE DO BRASIL: UM RETRATO ATUALIZADO A PARTIR DOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017. Fortaleza, 2020-. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/1271/846> . Acesso em: 12 jun. 2023.

AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE ATRAVÉS DE INDICADORES SOCIAIS ECONÔMICAS E AMBIENTAIS. São Paulo, 2020-. ISSN 2525-3409. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2832/2208>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ARAÚJO, Alberto José de; FERNANDES, Frederico Leon Arrabal. **Contexto histórico do consumo de tabaco no mundo**. In: PEREIRA, Luiz Fernando Ferreira et al (Orgs.). *Tabagismo – prevenção e tratamento*. Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tsiologia. Editora Dilivros, Rio de Janeiro, 2021.

ARAÚJO, Alberto José de; LOTUFO, João Paulo Becker; MARTINS, Stella Regina. A tragédia do tabagismo causas, consequências e prevenção. **Bioética e Diplomacia**. Brasília/ DF, n.2. 2019. Disponível em: <https://bioeticaediplomacia.org/wp-content/uploads/2021/11/A-Tragedia-do-Tabagismo.pdf> Acesso em: 20 set. 2023.

BOEIRA, Sérgio L. **Atrás da cortina de fumaça: tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica**. 2000. Tese (Doutorado em Ciências

Humanas/Sociedade e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/79136>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional do Câncer. **Exportação de fumo e seus derivados**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/gestor-e-profissional-de-saude/observatorio-da-politica-nacional-de-controle-do-tabaco/dados-e-numeros-do-tabagismo/exportacao-de-fumo-e-seus-derivados> . Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: https://www.planalto.ov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm . Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm . Acesso em: 17 set. 2023.

BUAINAIN, Antônio Márcio; DEDECCA, Claudio. **Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira**. Brasília, 2009. *E-book*. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/19429> . Acesso em: 18 ago. 2023.

CASTRO, Antônio Maria Gomes. Cadeia Produtiva: Marco Conceitual para Apoiar a Prospecção Tecnológica. **DocPlayer**, 2002. Disponível em: <https://docplayer.com.br/11867217-Cadeia-produtiva-marco-conceitual-para-apoiar-a-prospeccao-tecnologica.html> . Acesso em: 10 jul. 2023.

CONVENÇÃO Quadro para o Controle do Tabaco = CONVENTION Framework for Tobacco Control. 21 de maio de 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/tabaco/convencao-quadro/arquivos/convencao-quadro-tabaco>. Acesso em: 25 set. 2023.

CRESCIMENTO do PIB. **Caravela Dados e Estatísticas**, 2022. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/arapiraca---al>. Acesso em: 05 ago. 2023.

DEPONTI, Cidonea; SANTOS, Eliane. A produção de tabaco no Brasil: um estudo com base na tória da localização e do crescimento regional de Douglass North. **Revista do Desenvolvimento Regional**, 2021, p. 155 e p. 157. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwi9oK3MjsGCA-xUgO7kGHQrHAKcQFnoECCIQAQ&url=https%3A%2F%2Fseer.faccat.br%2Findex.php%2Fcoloquio%2Farticle%2Fview%2F1896%2F1190&usg=AOvVaw31ewcKWE-kEwL-yu3cKMYCI&opi=89978449> . Acesso em: 10 set. 2023.

DOSSIÊ DINÂMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO. Chapecó, 2021-. ISSN 2175-0157. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5919> . Acesso em: 22 set. 2023.

DUARTE, Vilmar. **Caracterização dos principais segmentos da cadeia produtiva do leite em Santa Catarina**. Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos de Carvalho Júnior. 2002. 110 f. Tese (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2002. Disponível em: <https://necat.paginas.ufsc.br/files/2011/10/Vilmar-Nogueira-Duarte.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

EXPORTAÇÃO de fumo e seus derivados. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/gestor-e-profissional-de-saude/observatorio-da-politica-nacional-de-controle-do-tabaco/dados-e-numeros-dotabagismo/exportacao-de-fumo-e-seus-derivados> . Acesso em: 20 ago. 2023.

FOSSÁ, Juliano Luiz; RENK, Arlene. O Conceito de Agricultura Familiar: Retrocessos do presente. **Grifos**, 2021. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5919>. Acesso em: 08 ago. 2023.

FRANÇA, Caio Galvão; GROSSI, Mauro Eduardo Del; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O censo Agropecuário e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília, 2009. *E-book*. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuario.pdf> . Acesso em: 13 nov. 2023.

FUMICULTURA NO BRASIL. **AFUBRA**, 2021. Disponível em: <https://www.afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>. Acesso em: 05 jun. 2023.

GUARNIERI, Patrícia; GUIMARÃES, Magali Costa; THOMÉ, Karim Marini. **Agronegócios: perspectivas**, Brasília, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/download/75/258/959?inline=1> . Acesso em: 12 nov. 2023.

GUEDES, Zezito. **Arapiraca Através do Tempo**. Maceió: Gráfica Mastergraphy Ltda, 1999.
HILSINGER, Roni. **O território do tabaco no Sul do Rio Grande do Sul diante da Convenção Quadro para o controle do tabaco**. 2016, p. 64. Tese (Doutorado em geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/148765/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

HISTÓRIA do tabaco. **Siditabaco**, 2019. Disponível em: <https://www.siditabaco.com.br/item/historia-do-tabaco>. Acesso em: 05 jun. 2023.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 ago. 2023.

LAMARCHE, Hughes. A agricultura Familiar. **E-Disciplinas**, 1993. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/621483/mod_resource/content/3/Lamarche%20introdução.pdf. Acesso em: 11 jul. 2023.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. **Revista Esa**. Estudos Sociedade e Agricultura, 2013. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/176>. Acesso em: 08 jun. 2023.

OLIVEIRA, José. **Da crise do setor fumageiro à diversificação produtiva em Arapiraca/AL: O projeto cinturão verde**, 2007, p. 21 a p. 23. Tese (Mestrado PRODEMA). Universidade Federal de Alagoas. Alagoas: Maceió, 2007. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/1110/1/dissertacao_JoseLourencodeOliveira_2007.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

ORIGEM do tabaco. **Siditabaco**, 2019. Disponível em: <https://www.siditabaco.com.br/sobre-o-setor/origem-do-tabaco>. Acesso em: 05 jun. 2023.

PRADO, Jamaika et al. Análise da produção científica sobre cadeias produtivas entre 2012 e 2018. **Unimontes**, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/economiaepoliticaspUBLICAS/article/view/4932/5059>. Acesso em: 10 set. 2023.

ROSALEM, Vagner. **Formação e gestão de alianças estratégicas na cadeia produtiva do fumo**. 2007. Tese (Mestrado em Administração). Minas Gerais: Lavras, 2007. Disponível em: http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/2613/1/DISSERTAÇÃO_Formação%20e%20gestão%20de%20alianças%20estratégicas%20na%20cadeia%20produtiva%20do%20fumo.pdf. Acesso em: 13 nov. 2023.

SANTOS, Ana. **A reestruturação do território da região fumageira de Alagoas**. Dissertação (mestrado em Geografia). Rio Grande do Norte: Natal, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/18974/1/AnaPTS_DISSERT.pdf. Acesso em: 11 nov. 2023.

SANTOS, Eliane; DEPONTI, Cidonea. A produção de tabaco no Brasil: um estudo com base na teoria da localização e do crescimento regional de Douglas North. **Revista do desenvolvimento regional**, 2020. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1896>. Acesso em: 15 jul. 2023.

VENDRUSCOLO, Rafaela. Instituições e Críticas na fumicultura do Rio Grande do Sul: mudanças e reafirmações institucionais, 2017. **Lume**. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172447>. Acesso em: 26 ago. 2023.

VICENTE, Marcos. História do Tabaco. **AjAraujo médico e poeta**, 2017. Disponível em: <https://ajaraujo.com.br/historia-do-tabaco>. Acesso em: 09 ago. 2023.

WANDERLEY, Maria. Agricultura Familiar e campesinato: Rupturas e continuidade. **Portal UFPEL**, 2003. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

ZYLBERSTAJN, Décio. Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares. **Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers**, 2000, p. 9. Disponível em: https://spers.pro.br/site/wp-content/uploads/2019/10/Doc.-VIII-4_compressed.pdf. Acesso em: 13 out. 2023.